

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CAMPUS VILHENA

CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ENSINO DE CIÊNCIAS E
MATEMÁTICA

MARIA APARECIDA DE ALMEIDA LICO

**O LIVRO DIDÁTICO NA ESCOLA:
SUA RELEVÂNCIA PARA ALUNOS E PROFESSORES**

VILHENA
2022

MARIA APARECIDA DE ALMEIDA LICO

O LIVRO DIDÁTICO NA ESCOLA:
SUA RELEVÂNCIA PARA ALUNOS E PROFESSORES

TCC - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ENSINO
DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

ORIENTADOR: PROF. DR. RICARDO A. RIBEIRO

VILHENA

2022

FICHA CATALOGRÁFICA**Biblioteca IFRO – Campus Vilhena**

L7111

LICO, Maria Aparecida de Almeida

O livro didático na escola : sua relevância para alunos e professores / Maria Aparecida de Almeida Lico – Vilhena, Rondônia, 2022.

27f.

Orientador Prof. Dr. Ricardo Agum Ribeiro

Artigo (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Ensino de Ciências e Matemática) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO

1. Livro didático 2. Políticas públicas 3. PNLD I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO II. Título

371.32

Bibliotecária responsável Rosilene Maria do Couto Marques CRB 11/321

25/10/2022 14:13

SEI/IFRO - 1688997 - Certificado



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

PROCESSO SEI Nº 23243.009298/2022-80
DOCUMENTO SEI Nº 1688997

TÍTULO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: O Livro Didático na Escola - sua relevância para os alunos e professores

AUTOR: Maria Aparecida de Almeida Lico

ORIENTADOR(A) Dr Ricardo Agum

Trabalho de Conclusão de Curso defendido na Pós-graduação *lato sensu* em Ensino de Ciências e Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - *campus* Vilhena, como parte das exigências para obtenção do Grau de Especialista em Ensino de Ciências e Matemática, na linha de pesquisa: Instrumentalização do Ensino de Ciências e Matemática, **aprovado** pela Banca examinadora constituída pelos docentes:

Assinatura Orientador(A)

Dr Ricardo Agum

Assinatura Membro Interno

Dra Jaqueline Aida Ferrete

Assinatura Membro Interno

Ms Fátima Hassan Abdalla Novais



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Agum Ribeiro, Professor(a) - EBTT**, em 19/10/2022, às 09:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Aida Ferrete, Professor(a) - EBTT**, em 25/10/2022, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fatima Hassan Abdalla Novais, Professor(a) - EBTT**, em 25/10/2022, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso=0, informando o código verificador **1688997** e o código CRC **57AD2B55**.

RESUMO

Esse trabalho tem como tema **O livro didático na escola: sua relevância para alunos e professores** e busca contextualizar o papel do livro didático nos últimos 30 anos, atingindo períodos anteriores quando lança mão de fatores históricos. Foi possível constatar que o livro didático já desempenhou diversos papéis no âmbito da sala de aula, sempre despertando um leque de sentimentos nos professores. Por muito tempo, os livros didáticos visavam o professor, a participação do aluno não estava prevista. O aluno era o espectador da explanação do mestre. A necessidade de mudar e repensar o processo ensino-aprendizagem colocou um novo olhar sobre o livro didático que passa a ser visto como uma importante política pública no âmbito educacional e além deste, pois seus reflexos atingem fortemente a economia. O desenvolvimento de um país está diretamente associado à educação e não são poucas as possibilidades de políticas públicas nessa área. Assim, como nos demais setores, os governos criam programas e ações visando garantir o acesso à educação para os seus cidadãos. Nesse contexto, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) criado nas primeiras décadas dos anos 1900 foi ampliado e aprimorado, incorporando novos públicos e componentes curriculares, além de outros materiais de apoio à prática educativa, como dicionários e livros didáticos em braile, libras e outros formatos acessíveis. Estudar a importância que o livro didático adquiriu nos últimos anos é relevante para compreender seu papel na sala de aula e no contexto da sociedade.

Palavras – chave: livro didático; políticas públicas; PNLD

ABSTRACT

This work has as its theme The textbook at school: its relevance for students and teachers - and seeks to contextualize the role of the textbook in the last 30 years, reaching previous periods when it makes use of historical factors. It was possible to verify that the textbook has already played several roles within the classroom, always arousing a range of feelings in teachers. For a long time, textbooks were aimed at the teacher, student participation was not foreseen. The student was the spectator of the master's explanation. The need to change and rethink the teaching-learning process has put a new look on the textbook, which is now seen as an important public policy in the educational field and beyond, as its effects strongly affect the economy. The development of a country is directly associated with education and there are many possibilities for public policies in this area. Thus, as in other sectors, governments create programs and actions aimed at guaranteeing access to education for their citizens. In this context, the National Textbook Program (PNLD) created in the first decades of the 1900s was expanded and improved, incorporating new audiences and curricular components, in addition to other materials to support educational practice, such as dictionaries and textbooks in Braille, Libras and other accessible formats. Studying the importance that the textbook has acquired in recent years is relevant to understand its role in the classroom and in the context of society.

Keywords: textbook, public policies, PNLD

SUMÁRIO

1.	Introdução	6
2.	As Políticas Públicas da Educação	9
3.	O Programa Nacional do Livro e do Material Didático	11
4.	A Pesquisa	13
4.1	Metodologia	
4.2	Objetivo	
5.	O Livro Didático	15
5.1	Os Parâmetros Curriculares Nacionais	
5.2	A Base Nacional Comum Curricular	
6.	O Livro Didático e o PNL	18
7.	Considerações Finais - Depoimento e Conclusão	22
8.	Referências	25

1. INTRODUÇÃO

O livro didático mudou na forma e no conteúdo. A maneira de ser encarado e utilizado também é diferente, decidimos, então, tentar entender o que aconteceu e o que pode continuar provocando mudanças. Assim, este trabalho investiga o papel do livro didático nos últimos 30 anos; em alguns momentos, porém, pela necessidade de contextualização, lança mão de fatores históricos que são anteriores ao período escolhido.

Nosso objeto de estudo já desempenhou variados papéis no âmbito da sala de aula: já foi respeitado, inexpressivo, execrado e tolerado, não necessariamente nessa ordem, mas sempre provocando reações nos professores. Sobre essas opiniões encontramos o registro: (BIZZO, 2000, p. 65) “Em determinado período, o livro didático foi apontado como o grande vilão do ensino no Brasil”

Inicialmente, o foco dos livros didáticos era o professor e a participação do aluno não estava prevista e essa configuração perdurou por bastante tempo.

Até a primeira metade do séc. XX esses livros apresentavam uma grande quantidade de informações, sem atividades ou problemas para os alunos resolverem e com ênfase na memorização dos conteúdos. (BARRA; LORENZ, 1986, p.3).

Temos como objetivo descrever as variáveis que alteraram substancialmente a aceitação e o pré-conceito sobre os livros didáticos. Para tanto, a metodologia adotada na pesquisa vai caracterizar-se como Pesquisa Básica pois buscará aprofundar conhecimentos específicos através da bibliografia disponível.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. (SEVERINO, 2013, p.106)

As questões relativas ao livro didático são gerais, aplicáveis a qualquer disciplina, entretanto, a formação da autora e o conhecimento adquirido pela prática docente levará, por vezes, o foco, os exemplos e argumentos à área das Ciências da Natureza, como o relato a seguir.

A partir de meados dos anos 1950 os Estados Unidos começaram a investir na melhoria dos seus currículos de Ciências para o Ensino Médio. (KRASILCHIK, 2000) relata que através de convênios firmados entre os governos brasileiro e americano, algumas mudanças foram implementadas aqui também. Nesse contexto foram

produzidos materiais muito diferenciados que, sem demora, passaram a ser traduzidos no Brasil. Eram livros de Matemática, Física, Química e Biologia. Citamos como exemplos os livros dos projetos de Física e de Biologia. O projeto de Física chamava-se Physical Science Study Committee (PSSC) e o de Biologia, Biological Science Curriculum Study (BSCS). As escolas públicas logo adotaram esses livros que ficaram conhecidos por suas siglas PSSC e BSCS pelos estudantes que cursavam o Ensino Médio nas décadas de 1960 e 1970. Além dos livros didáticos havia manuais e equipamentos para laboratório, guias para o professor, filmes e leituras suplementares. Esse material foi utilizado até o início dos anos 1980 sendo pouco a pouco abandonado uma vez que, sem revisão, modernização e reposição, tornou-se obsoleto.

Nos anos 1990 o conceito do livro didático era desabonador. Estudiosos envolvidos com as questões da Escola e do Ensino faziam pesquisas que levavam a afirmações como as coletadas por Freitag e Bizzo. “Se com o livro didático o ensino no Brasil é sofrível, sem ele será incontestavelmente pior. Poderíamos ir mais longe, afirmando que sem ele o ensino brasileiro desmoronaria”. (FREITAG et ali, 1997) “[...]Alguns chegam a afirmar que ele deve ser simplesmente retirado do alcance do professor para que as mudanças possam ocorrer”. (BIZZO, 2000, p 65)

Isso posto, algumas questões se apresentam: vale a pena dedicar tempo de estudo ao livro didático? estudá-lo é relevante para as relações ensino-aprendizagem?

Buscando respostas para esses questionamentos na bibliografia disponível e no ofício exercido por quatro décadas esperamos estabelecer uma discussão importante sobre o contexto atual da sala de aula. É nesse espaço, a sala de aula, que as relações ensino-aprendizagem ocorrem e é nas escolas, instituições criadas pelas políticas públicas, que enxergamos como essas políticas e a educação estão intimamente relacionadas.

As políticas públicas ocorrem em âmbito federal, estadual e municipal através de iniciativas, escolhas e projetos que visam garantir direitos, especialmente aqueles previstos na Constituição Federal de 1988.

A importância de ações dessa natureza foram se destacando e tornando-se evidentes ao longo dos anos 1990 com a criação e o crescimento de cursos e especializações em Gestão Pública. Cobranças da sociedade por mais qualidade de vida e bem estar coletivo aumentavam com o início da redemocratização do país e as

leis para garantir direitos surgiam trazendo obrigações às prefeituras, governos estaduais e federal.

São exemplos de leis que surgiram e se consolidaram nesse período o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 1990 pela Lei 8.069 e a Lei 11.340 de 2006, Lei Maria da Penha.

Trabalhar no setor público implica estar atento aos conceitos de políticas públicas, pois estas abrangem diversas modalidades custeadas pelos impostos pagos pela sociedade.

Uma campanha de vacinação, a abertura de novas escolas e a construção de estradas são investimentos resultantes de políticas públicas.

Algumas ações têm a finalidade de assegurar o bem estar da coletividade, caso da proibição do consumo de cigarros em ambientes fechados, como prevenção ao câncer de pulmões. A obrigatoriedade do uso de cintos de segurança para motoristas e passageiros e de capacetes para motociclistas são ações para diminuir o número de mortes ou sequelas graves em acidentes. Nestes dois últimos exemplos, há previsão de multas aos infratores.

As políticas públicas interferem diretamente na economia e no crescimento quando as medidas governamentais envolvem incentivos para a instalação de empresas em determinados locais, uma vez que isso resulta em geração de empregos e movimenta a economia. Investimentos em infraestrutura, como estradas, pontes, portos, ferrovias e aeroportos são determinantes no desenvolvimento de cidades, estados e países.

O desenvolvimento de um país está diretamente associado à educação e não são poucas as possibilidades de políticas públicas nessa área. Assim, como nos demais setores, os governos criam programas e ações visando garantir o acesso à educação e a melhoria da qualidade de ensino para os seus cidadãos.

2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO

As ações voltadas à educação buscam a melhoria da qualidade do ensino e as avaliações são a forma escolhida para a aferição da aprendizagem.

O Brasil não tem um bom resultado nos índices e parâmetros de educação e isso preocupa os governos em geral, uma vez que incentivos e investimentos internacionais valorizam esses resultados. Sobre as avaliações de aprendizagem citamos a seguir o texto do Ministério da Educação onde essa preocupação fica evidente:

As avaliações da aprendizagem são coordenadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, [...] com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

Buscando a qualidade almejada diversos programas foram criados no sentido de recuperar os cidadãos que não concluíram os estudos no tempo esperado, na qualificação daqueles que necessitam de ensino técnico específico ou no acesso às instituições de ensino superior, entre outros.

Alguns programas de políticas públicas da educação que estão ativos atualmente são citados a seguir:

- Educação para Jovens e Adultos (EJA) – o programa atende desde o ensino fundamental até o ensino médio, jovens e adultos que não terminaram os estudos na idade indicada.
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) – surgiu para aumentar a oferta de cursos de educação tecnológica e profissionalizante. O programa atende estudantes da rede pública, trabalhadores e beneficiários de outros programas sociais do governo.
- Programa Universidade Para Todos (PROUNI) – programa que oferece bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior. As bolsas são destinadas aos estudantes de baixa renda que ainda não têm ensino universitário.
- Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND) - Programa criado para dar apoio financeiro aos cursos de

licenciaturas indígenas ou interculturais que formam os professores de escolas indígenas.

- Programa Caminho da Escola - Programa criado para melhorar e aumentar a frota de veículos que faz o transporte escolar nas redes de ensino estaduais e municipais.
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) – fundo dedicado ao aumento de investimento financeiro do governo federal em projetos de educação nos estados.
- Educação em Prisões - É um programa educativo de apoio financeiro e técnico para dar ensino a jovens e adultos que cumprem pena no sistema prisional.

As políticas de educação são garantidas pela Constituição Federal (artigo 205) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/96).

Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases estabelece as principais regras que devem ser seguidas pelo sistema educacional do país. É aplicada tanto para a rede pública de ensino como para a rede privada e define: os princípios que devem ser a base do sistema de educação; quais são as obrigações do governo no oferecimento da educação aos seus cidadãos; a idade adequada para cada nível de estudo, desde a educação infantil básica até o ensino superior universitário; os tipos de programas educacionais que devem ser oferecidos (educação básica, especial, à distância, profissionalizante e de jovens e adultos).

Podemos perceber que as políticas públicas existem, leis e regras estabelecem como devem ser sua implantação e funcionamento, mas temos ainda um longo caminho a trilhar.

3. O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD)

O **PNLD** é o programa de política pública mais importante para o nosso trabalho. Este programa avalia e disponibiliza obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais. É um programa de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) e gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e foi concebido baseando-se nos princípios da livre participação das editoras privadas e da livre escolha por parte dos professores.

Desde 1937, quando foi criado como Instituto Nacional do Livro pelo Decreto-Lei nº 93 em 21 de dezembro, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi ampliado e aprimorado, incorporando novos públicos e componentes curriculares, além de outros materiais de apoio à prática educativa, como dicionários e livros didáticos em braile, libras e outros formatos acessíveis.

Além do PNLD, o Ministério da Educação criou, em 1997, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) para distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência, a fim de promover o acesso à cultura e à informação e o incentivo à leitura de alunos, professores e da população em geral.

O Ministério da Educação executa, ainda, programas suplementares de material didático, destinados a níveis e modalidades da educação básica, da alfabetização e educação de jovens e adultos, com ciclos ou edições independentes. Esses programas têm capacidade para atender gratuitamente, de maneira universal, regular e eficaz, todas as escolas das redes federal, estadual e municipal com livros e obras didáticas de qualidade voltadas para o ensino infantil, fundamental e médio e também para a educação de jovens e adultos. Entretanto, apesar da tradição, importância estratégica e dimensão, estes programas encontram-se regulamentados apenas em normativos internos do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A Secretaria de Educação Básica (SEB) coordena, desde 1996, o processo de avaliação pedagógica sistemática das obras inscritas pelas editoras no PNLD. Esse processo é realizado em parceria com universidades públicas que se responsabilizam pela avaliação de livros didáticos nas seguintes áreas: alfabetização, língua portuguesa, matemática, ciências, história e geografia. (BRASIL, 2007) Ao final de

cada processo de avaliação dos livros didáticos é elaborado o Guia do Livro Didático, no qual são apresentados os princípios, os critérios, as resenhas das obras aprovadas e as fichas que norteiam a avaliação dos livros. Os livros didáticos que não contemplam os critérios de cada disciplina não compõem o Guia do Livro Didático.

Todos os livros aprovados pelo MEC devem conter na capa o selo do PNLD, sendo esta uma forma de evitar fraudes no mercado editorial. A avaliação e a elaboração do guia do livro didático permitem que livros com erros conceituais, entre outras questões relacionadas à elaboração dos mesmos sejam suprimidos gradativamente, além dos critérios de seleção que são aperfeiçoados a cada programa.

4. A PESQUISA

Como conduzir a pesquisa foi o primeiro desafio que enfrentamos. Desenvolver um trabalho cujo enfoque é o livro didático pode seguir diversos caminhos. O que escolhemos buscou a importância desse material no dia a dia do professor, seja no planejamento, na preparação das aulas ou no desempenho das atividades na sala de aula.

Trata-se de pesquisa bibliográfica alicerçada em pareceres e opiniões dos docentes, discentes e gestores colhidos em artigos e teses, assim como na bibliografia impressa e on-line.

A teia em torno do professor é complexa e compreendemos o livro didático como um facilitador do trabalho diário para que seu olhar possa cair sobre os alunos orientando-os em suas dificuldades e valorizando a busca das descobertas, do aprendizado.

4.1 METODOLOGIA

A pesquisa buscou aprofundar conhecimentos específicos através da bibliografia disponível. Como vimos, (Severino, 2013) afirma que a pesquisa bibliográfica se utiliza de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e enfatiza que todo trabalho científico tem por objetivo intrínseco a demonstração, mediante argumentos, de uma tese, que é uma solução proposta para um problema. O processo de uma abordagem qualitativa envolve a intuição, uma vez que se baseia na prática e nas leituras de sempre, passa pelas fases lógica e bibliográfica para conhecer e alargar as ideias que levam ao amadurecimento. Algumas ideias são abandonadas, outras chegam e somam. Assim a composição se dá.

Ficam especificados, portanto, que se trata de pesquisa descritiva com abordagem qualitativa por apresentar caráter subjetivo procurando, através das leituras, entender o porquê de determinados comportamentos.

4.2 OBJETIVO

É nosso objetivo descrever as variáveis que alteraram substancialmente a aceitação e o pré-conceito do nosso material de estudo: o livro didático.

Por que o livro didático foi desprezado? Como se deu a sua recuperação?

Acreditamos que respondendo a esses questionamentos amplos atingiremos nossos objetivos específicos, aqueles que permeiam as relações no ambiente escolar: por que o livro didático é importante? Para quem o livro didático é importante? Qual será o futuro do livro didático?

5. O LIVRO DIDÁTICO

O livro didático em muitas situações é o principal material de apoio ao professor e muitas vezes, é também, o único livro na casa do aluno. A qualidade e a relevância desse material não podem ser negligenciadas.

No documento do Ministério da Educação (MEC): Recomendações para uma política pública de livros didáticos (BATISTA 2001), afirma que ele, o livro didático, começou a receber mais atenção. Já no início dos anos 1990 foram dados os primeiros passos, pelo MEC, para participar mais direta e sistematicamente das discussões sobre sua qualidade.

Em dezembro de 1996 ocorreu a publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei 9394, e em decorrência dessa nova legislação foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Então, desde a última década do século passado iniciativas oficiais deixaram as questões da educação em evidência e estas chegaram aos livros didáticos.

A redemocratização do país e algumas iniciativas pontuais motivaram a introdução de mudanças.

No início da década de 1990, por exemplo, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) com o objetivo de medir o quanto as crianças estavam aprendendo. Esta avaliação, em escala nacional, pretendia conhecer o sistema educacional de forma aprofundada. Os resultados mostraram deficiências importantes nos conhecimentos dos nossos alunos. As provas do Saeb eram diferentes, alunos e professores não estavam habituados a avaliações daquele tipo: questões que pediam leitura de mapa, interpretação de gráfico ou tabela, leitura e compreensão de textos mais elaborados.

Nessa época, a maioria dos livros trazia um questionário no final de cada capítulo, exigindo pouco raciocínio e nenhuma discussão. Todas as respostas estavam explicitadas no texto do referido capítulo.

As professoras e os professores passaram a elaborar questões nos moldes do Saeb para que seus alunos tivessem melhor desempenho, mas, em pouco tempo, essas provas provocaram mudanças, também, nos livros didáticos que passaram a incluir exercícios e questões desse tipo. Os livros, inclusive, tornaram-se mais atraentes pois agora traziam diversas ilustrações, mapas, gráficos e tabelas.

5.1 OS PCN – PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Os PCN (BRASIL, 1998) foram concebidos como um material para orientar os professores do Ensino Fundamental I e II no que se referia aos conteúdos e práticas em sala de aula, visando direcionar a organização curricular. Os PCN para o Ensino Médio foram publicados 2 anos depois.

O documento introdutório dos PCN para o Ensino Fundamental e que abre o 1º volume, entre 10 que constituem esse material, faz a seguinte apresentação:

[...] Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. Por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. [...] Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo, que se sobreporia à competência político-executiva dos Estados e Municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País ou à autonomia de professores e equipes pedagógicas. [...] (BRASIL, 1998, p. 50)

Os objetivos apresentados no texto não ficaram no papel, os PCN entraram efetivamente nas escolas. Promoveram-se discussões para os professores conhecerem as propostas e os 10 volumes que compõem a coleção ficaram disponíveis para consulta e estudo. Muitos professores incorporaram as propostas ali apresentadas e, sem demora os livros didáticos também o fizeram.

As pesquisas e publicações sobre ensino/aprendizagem ganharam espaço, os PCN ficaram em evidência, sendo defendidos e criticados, mas desde então, o interesse dos professores por textos, livros e palestras de estudiosos e pesquisadores da educação aumentou, e um professor melhor formado torna-se mais seguro e crítico das escolhas que faz.

Enquanto esse processo se consolidava, iniciou-se a elaboração da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018)

5.2 A BNCC – BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

O documento introdutório da BNCC faz a seguinte apresentação:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica [...] (BRASIL, 2018, P. 7)

A BNCC é a referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. É ainda o documento que norteia as propostas pedagógicas das instituições escolares, integrando a política nacional da Educação Básica contribuindo para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Esse documento tem caráter normativo, estabelecendo as regras, diretrizes e especificações.

O documento homologado em 2018 é a 4ª versão da BNCC.

Enquanto era elaborada, processo longo, passando por mais de um governo e algumas mudanças de equipe, os editais para elaboração dos livros didáticos já exigiam conformidade com suas diretrizes, mesmo antes da sua homologação.

Para participar do processo de avaliação do PNLD os livros precisam estar alinhados com a Base.

Os livros didáticos publicados após a divulgação dos PCN e a homologação da BNCC vêm se firmando como material de boa qualidade conceitual e técnica.

6. O LIVRO DIDÁTICO E O PNLD

Afirmamos que nosso objetivo, neste trabalho, é descrever as variáveis que interferiram e alteraram a aceitação e o pré-conceito do nosso material de estudo: o livro didático. Acreditamos já estarmos trilhando esse caminho.

A sequência temporal que apresentamos, aponta para o atrelamento dos livros aos editais do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) afinal, só os livros aprovados pelo PNLD chegam às escolas públicas; cabe, portanto, estudar o assunto.

Uma das causas da rejeição ao livro didático pelos professores no final da década de 1990 aparece no relato a seguir:

Desde 1996 a utilização de livros didáticos tem-se revestido de certa polêmica. De um lado, propostas pedagógicas ditas de vanguarda têm pregado seu abandono, como se um professor sem livro didático fosse sinônimo de profissional erudito, mais bem qualificado, mais empenhado em seu trabalho etc. Por outro lado, o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) insiste na defesa do livro didático, adicionando, no entanto, um detalhe crucial, um qualitativo que traz enorme diferença para o trabalho pedagógico: livro didático *de qualidade*. (BIZZO, 2000, p.69)

Entramos no século XXI digerindo essa polêmica e pouco a pouco alguns livros didáticos foram fazendo justiça ao selo *livro didático de qualidade*.

Com o foco em uma pesquisa bibliográfica, e adotando o conceito encontrado em (SEVERINO, 2013) os documentos oficiais LDB, PCN, BNCC e PNLD são fontes importantes de informações, assim como as publicações de pesquisadores que têm estudado e relacionado as questões ensino/aprendizagem com as normas oficiais e com os livros didáticos.

O espaço onde o livro didático se revela é principalmente a sala de aula “local privilegiado do ponto de vista das relações que se estabelecem entre aluno e aluno, aluno e professor e destes com o conhecimento” [...] (DELIZOICOV; ANGOTTI; PERNANBUCO, 2002)

Muitos pesquisadores e educadores manifestaram-se durante o processo de elaboração da BNCC e após sua publicação. Defesa e crítica estão presentes sempre. Cabe ao professor a responsabilidade de levá-la à sala de aula e o livro didático pode ser um aliado, pois os editais do PNLD determinam que os livros didáticos inscritos para avaliação estejam alinhados à Base. Reproduzimos, a seguir, um trecho do PNLD 2023 de 11/02/2021, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em

12/02/2021, que foi a base seguida pelos autores inscritos para a avaliação dos livros do Ensino Fundamental I de 1º a 5º ano:

[...] 2.4. As obras observarão os critérios de coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica, devendo:

[...] 2.4.3. Atender ao disposto na Base Nacional Comum Curricular — BNCC e:

2.4.3.1. Considerar e aplicar os princípios e preceitos específicos presentes na BNCC a cada componente – Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Matemática, Ciências, Geografia e História;

2.4.3.2. Abordar, para cada componente – Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Matemática, Ciências, Geografia e História – todas as suas respectivas práticas de linguagem ou unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades, conforme ano escolar da criança.

Através dessa pequena amostra, podemos ver os livros precisam estar alinhados à Base e, iniciou-se no PNLD 2023 a obrigatoriedade de haver uma versão para o computador, além do livro impresso.

Acreditamos que a análise e avaliação do material didático que é aprovado pelo PNLD têm sido criteriosas, dando mais tranquilidade aos professores quanto à correção de conceitos e à implementação das habilidades propostas na BNCC. Os livros, atualmente, para serem aprovados pelo PNLD precisam conter textos conceitualmente corretos, propostas de projetos, textos de terceiros, sugestões de atividades individuais e em grupos, sugestões para leituras em casa, com a família, sugestões de avaliações, imagens e fotografias de qualidade. Todo livro deve ser acompanhado de um manual para o professor onde as propostas são discutidas e justificadas com base nas competências e habilidades da BNCC. Ciente disto, o professor ganha segurança e o livro escolhido atuará, realmente, como um facilitador do seu trabalho.

Muitos dos nossos alunos têm, no livro didático, sua única fonte de leitura e contato com a escrita formal, aumentando a importância do nosso objeto de estudo.

A distribuição dos livros didáticos ramifica-se por todo o país atingindo um número bastante expressivo de alunos e valores que exigem qualidade e confiança no material.

A cada ano um segmento da educação básica recebe novo material e os demais segmentos solicitam reposição ou complementação do material em uso.

No ano letivo de 2020, por exemplo, foi feita a aquisição completa das obras que atendem aos anos finais do ensino fundamental. Além disso, a distribuição englobou a reposição dos livros para os estudantes e professores dos anos iniciais deste segmento, a reposição de livros para o ensino médio e para a educação infantil. No quadro a seguir podemos ver o PNLD traduzido em números que merecem nosso respeito, tanto pela quantidade de alunos atendidos como pelo montante de dinheiro público empregado.

Tabela 1 - LIVROS DIDÁTICOS DISTRIBUIDOS PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS – 2020

	Escolas Beneficiadas	Alunos Beneficiados	Total de Exemplares	Valor de Aquisição
Educação Infantil	17.069	3.204.748	28.407	R\$ 749.606,65
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	88.674	12.337.614	71.816.715	R\$ 458.638.563,27
Anos Finais do Ensino Fundamental	48.213	10.197.262	80.528.321	R\$ 696.671.408,86
Ensino Médio	19.249	6.270.469	20.198.488	R\$ 234.141.456,77
Total Geral	123.342	32.010.093	172.571.931	R\$ 1.390.201.035,55

Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos> (acesso 22/abr/2022)

Sem dúvida um investimento alto, mas necessário para atender os alunos das escolas públicas de todo o país almejando uma educação de qualidade.

Os dois anos de Pandemia (Covid 19) provocaram um estreitamento nas relações, de alunos e professores, com os livros didáticos. O professor não estava ao alcance para esclarecer todas as dúvidas, a leitura do texto do livro se fez necessária mais do que de hábito. Preparar as aulas com muito critério, pensando no tempo, nas pausas, no controle à distância, um desafio. A situação caótica, num primeiro momento, foi tomando forma. Os envolvidos assumiram a missão de organizar o caos inicial, colocar as ideias em ordem e ganhar a batalha.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro didático entrou nesse espaço privilegiado que é a sala de aula e ganhou o respeito de muitos professores. O que levou a esse reencontro bem sucedido foi a melhoria da qualidade do livro e da formação do professor. Um alerta sobre a importância da qualidade do material didático já aparece no texto selecionado a seguir que, nos parece bastante atual e pertinente.

[...] “o livro didático é um material de forte influência na prática de ensino brasileira. É preciso que os professores estejam atentos à qualidade, à coerência e a eventuais restrições que apresentem em relação aos objetivos educacionais propostos. Além disso, é importante considerar que o livro didático não deve ser o único material a ser utilizado, pois a variedade de fontes de informação é que contribuirá para o aluno ter uma visão ampla do conhecimento. [...] A utilização de materiais diversificados como jornais, revistas, folhetos, propagandas, computadores, calculadoras, filmes, faz o aluno sentir-se inserido no mundo à sua volta. É indiscutível a necessidade crescente do uso de computadores pelos alunos como instrumento de aprendizagem escolar, para que possam estar atualizados em relação às novas tecnologias da informação e se instrumentalizarem para as demandas sociais presentes e futuras”. (PCN, 1997, p. 96)

Vemos que muitas das preocupações e recomendações de 25 anos atrás ainda persistem nas nossas escolas. Acreditamos, sobretudo, na importância da formação do professor que bem formado e com boa base de conhecimentos apura seus critérios de escolha.

[...] O que faz um livro didático ser bom é o uso que se faz dele e isso tem a ver com, entre outras muitas coisas, fazer da publicação um dos recursos possíveis para os estudantes, não o único. É possível trabalhar com fontes primárias de pesquisa, idas a campo, experimentos e outros mais. O bom livro didático é aquele usado por um bom professor. (Bittencourt, 2014)

O longo período de aulas não presenciais nos mostrou a carência em tecnologia e reforçou a importância dos livros didáticos. Aspectos nada desprezíveis e que nos trouxeram muitos aprendizados que não podem ser esquecidos. O acesso à tecnologia não abrange a totalidade dos estudantes do país e cabe a todos os envolvidos nas questões educacionais: gestores, professores, alunos, pais e a comunidade em que cada escola está inserida, lutar para que essa realidade chegue a todos.

O PNLD 2023, que acaba de publicar os livros aprovados para o Ensino Fundamental I (1º a 5º ano) vai apresentar aos professores o livro físico, a versão para computador do mesmo livro e vídeos. Cada livro do aluno tem o respectivo Manual do

Professor com orientações e sugestões para as atividades e para as avaliações, também nas duas versões. Muitas escolas vão continuar apenas com o livro físico, por não possuírem computadores e/ou acesso à internet, mesmo assim, as sugestões de encaminhamento das atividades, de leituras complementares e de avaliações (diagnóstica, formativa, entre outras) trazem qualidade ao trabalho do professor na preparação de suas aulas. Então, podemos afirmar que o livro didático é sim importante e um bom livro didático o é para alunos e professores. Pensando na realidade de muitos lares brasileiros podemos afirmar que o livro didático é fonte de informações para os pais, também.

Elencamos a seguir uma sequência de razões que respondem porque e para quem o livro didático é importante. Essas razões nos parecem mais elucidativas ao figurarem juntas.

Por que e para quem o livro didático é importante?

- Porque é importante ter acesso à escrita formal e ao conteúdo organizado
- Porque os livros trazem textos de aprofundamento dos conteúdos para alunos e professores (Manual do Professor)
- Porque os livros trazem desenhos e imagens de qualidade, textos de terceiros, indicação de sites, de livros e de lugares para visitas pedagógicas.
- Porque trazem também, sugestões de avaliação.

Ter um material de qualidade como apoio permite voos maiores e o professor ganha tempo para criar, envolver-se em projetos, além de dar atenção mais cuidadosa e pontual aos alunos.

Sobre o futuro do livro didático, acredito ser prematuro dizer que o livro didático físico vai deixar de existir. Conhecemos as limitações do acesso à tecnologia, devemos considerar, entretanto, as situações privilegiadas, as escolas públicas de excelência, cujos alunos têm acesso à tecnologia e podem acessar o livro didático online sem qualquer prejuízo do aprendizado. Isso levado em conta poderia trazer grande economia na distribuição e reposição de livros didáticos.

Para finalizar, acredito que caiba, aqui, um depoimento.

Pesquisar e escrever esse trabalho foi gratificante porque a linha do tempo de toda uma vida estudantil e profissional foi se apresentando. Como aluna do ensino médio no final da década de 1960 os livros didáticos de Física e Biologia na escola

estadual em que cursei o chamado 2º grau, na época, eram os livros dos programas americanos citados na introdução dessa pesquisa e tão bem relatados em (KRASILCHIK, 2000), o PSSC e o BSCS, respectivamente. Em 1980 ingressei como professora e utilizei o mesmo bom livro para as aulas de Biologia, que em poucos anos foram abandonados por se tornarem obsoletos. Apesar do desenvolvimento da Ciência, das novas descobertas e invenções, muitos textos desse material continuaram a ser utilizados em pesquisa e consultas para trabalhos em grupo e estudos em sala de aula. Com a redemocratização do país, a LDB e os PCN, a educação ganhou novo fôlego. Os professores eram estimulados a estudar, participar de congressos, palestras e cursos. Isso nos tornou mais seguros e críticos. Ter vivido esse processo de recuperação do livro didático foi muito importante porque o professor precisa poder confiar no material de que dispõe, sentir que o livro é seu aliado.

Assim, esse trabalho se encerra. Acreditamos estar contribuindo para a compreensão desse objeto tão inerente às questões educacionais, o livro didático, e que caminha lado a lado com professores e alunos.

REFERÊNCIAS

- BARRA, V. M.; LORENZ, K. M. **Produção de materiais didáticos de ciências no Brasil, período: 1950-1980**. Ciência e Cultura, v. 38, n.12, p. 1970-1983, 1986.
- BATISTA, A. A.G. **Recomendações para uma política pública de livros didáticos** - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002406.pdf>> Acesso em 8 mar. 2021
- BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- BIZZO, N. **Ciências: fácil ou difícil?** 2. ed. São Paulo: Ática, 2006
- BRASIL. **Senado Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 13 jun. 2021
- BRASIL. **Ministério da Educação** – Lei de Diretrizes e Bases. 1996 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes Acesso em: 13 jun. 2021
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais. Fundamental. Brasília: MEC/SEF 1997 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf> Acesso em: 12 dez. 2021
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017 Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> Acesso 12 abr. 2022
- BRASIL. **Ministério da Educação**. A Fantástica História dos Livros Didáticos. FNDE vídeo (3:31) 13 nov. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0-Fz14JrQEw> Acesso em 20 jun. 2021
- DELICOIZOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de Ciências: Fundamentos e Métodos**. 1 ed. São Paulo, Cortez, 2002.
- FRACALANZA, Hilário. **O que sabemos sobre os livros didáticos para o ensino de Ciências no Brasil**. 1993. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1993.
- FREITAG, B. **O livro didático em questão**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- KRASILCHIK, M. **O Professor e o Currículo das Ciências**. 1. ed. São Paulo: EPU/Edusp, 1987
- KRASILCHIK, M. **Reformas e realidades: o caso do ensino das ciências**. São Paulo em Perspectivas, v. 14, n.1, p. 85-93, 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/spp/a/y6BkX9fCmQFDNnj5mtFgzyF/?lang=pt&format=pdf>
acesso 2 abr.2021

LENZI, T. **Políticas públicas na educação**: quais são e quem faz? In: Toda Política – Cidadania. Disponível em:
<https://www.todapolitica.com/politicas-publicas-na-educacao/> Acesso em: 10 jan. 2021

LORENZ, Karl M. **Os livros didáticos e o ensino de ciências na escola secundária brasileira no século XIX**. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 38, n.3, p. 426-435, mar. 1986.

MEGID N, J.; FRACALANZA, H. **O livro didático de Ciências**: problemas e soluções. Ciência & Educação, v. 9, n. 2, p. 147-157, 2003 Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/01.pdf> Acesso em 1 mar.2021

MORETTI, I. Regras da ABNT para TCC 2022: as principais normas. In: **Via Carrera**. 5 jan. 2022. São Paulo. Disponível em: <https://viacarreira.com/regras-da-abnt-para-tcc-conheca-principais-normas/> Acesso em: 25 jul. 2022

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico] 1. ed. São Paulo : Cortez, 2013. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5562413/mod_resource/content/1/Metodologia-Do-Trabalho-Cientifico-23%C2%AA-Edicao-Severino-EBOOK-Escolhido.pdf
Acesso em fev. 2021

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio**. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977

TRIVELATO, S. L. F. Ensino de Ciências e a formação de professores. In CARVALHO, A. M. P (Org.) **Formação Continuada de Professores: uma releitura das áreas de conteúdo**. São Paulo; Cengage Learning, 2017, cap.4

WEISSMANN, H. (Org.) **Didática das Ciências Naturais**. Contribuições e Reflexões. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998